

A APLICAÇÃO DA SALA DE AULA INVERTIDA NO ENSINO HÍBRIDO COMO FORMA DE FOMENTAR O ALUNO COMO PROTAGONISTA DO APRENDIZADO

Guilherme Soares Vieira¹
Marina Teodoro²
Valdivino José Ferreira³
Ana Paula Veloso de Assis Sousa⁴
Luciano do Valle⁵
Pedro Henrique Oliveira⁶
Rafael Rodrigues Alves⁷
Vitor Martins Cortizo⁸
Laurentino Xavier da Silva⁹
Cristiano Chuquia dos Santos Orrico¹⁰

RESUMO

Esse artigo visa demonstrar como a aplicação sala de aula invertida em um modelo de ensino híbrido pode centralizar o processo de ensino-aprendizagem no aluno. Foi desenvolvido por meio de pesquisa de natureza básica, com objetivo descritivo-explicativo, e procedimentalmente bibliográfica. O ensino híbrido impulsiona atividades presenciais com atividades online, essa última disponibilizada em um ambiente virtual de aprendizagem, tornando o processo mais atraente para os alunos, e as aulas mais atuais personalizadas às necessidades dos estudantes. Com esta pesquisa pode-se observar uma relação direta entre metodologia ativa-ensino híbrido-participação ativa do aluno em resultados positivos observados tanto na literatura quanto na experiência do curso de Direito da UniEvangélica Campus Ceres.

PALAVRAS-CHAVE: flipped classroom; aprendizagem baseada em problemas; instrução de pares; peer instruction;

INTRODUÇÃO

Esse artigo visa demonstrar como a aplicação sala de aula invertida em um modelo de ensino híbrido pode centralizar o processo de ensino-aprendizagem no aluno. Foi desenvolvido por meio de pesquisa de natureza básica, com objetivo descritivo-explicativo, e procedimentalmente bibliográfica. O ensino híbrido impulsiona atividades presenciais com atividades online, essa última disponibilizada em um ambiente virtual de aprendizagem, tornando o processo mais atraente para os alunos.

Em nível educacional, o ensino híbrido se apresenta como uma alternativa para o atendimento personalizado e individualizado de alunos em momentos anteriores e posteriores à aula expositiva, para que esta possa manter o equilíbrio entre alunos com desenvolvimentos cognitivos diferentes. A utilização de uma plataforma virtual se mostra eficaz para observar os avanços acadêmicos dos alunos e detectar em estágios iniciais quaisquer desvantagens do alunado.

¹ Mestre. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: guilherme.vieira@unievangolica.edu.br

² Mestre. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: marina.teodoro@docente.unievangelica.edu.br

³ Doutor. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: valdivino.ferreira@docente.unievangelica.edu.br

⁴ Mestre. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: ana.sousa@docente.unievangelica.edu.br

⁵ Mestre. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: luciano.valle@docente.unievangelica.edu.br

⁶ Especialista. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: pedro.oliveira@docente.unievangelica.edu.br

⁷ Mestre. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: rafael.alves@docente.unievangelica.edu.br

⁸ Especialista. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: vitor.cortizo@docente.unievangelica.edu.br

⁹ Especialista. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: laurentino.silva@docente.unievangelica.edu.br

¹⁰ Especialista. Curso de DIREITO da Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA. E-mail: cristiano.orrigo@docente.unievangelica.edu.br

A APLICAÇÃO DA SALA DE AULA INVERTIDA NO ENSINO HÍBRIDO COMO FORMA DE FOMENTAR O ALUNO COMO PROTAGONISTA DO APRENDIZADO

Ensino híbrido é a possibilidade de que conteúdos acadêmicos de cursos sistematizados possam ser trabalhados em ambientes físicos e virtuais. A partir desse conceito, é preciso verificar como o ensino híbrido favorece o protagonismo de alunos e porque isso é benéfico ao processo de ensino-aprendizagem. Segundo Lutz et al, 2018,

[...] esse ensino mescla atividades presenciais com atividades a distância, essa última disponibilizada, em geral, em um ambiente virtual. Dessa forma, o processo de aprendizagem pode tornar mais instigador, atrativo e dinâmico para os alunos, e as aulas mais atuais e flexíveis. O professor, por sua vez, assume o papel de mediador do conhecimento.

O professor Pierluigi Piazzini, especialista em educação e neurolinguística, estabeleceu em suas obras as razões pelas quais os alunos brasileiros fracassam em análises internacionais de educação. Para ele, os alunos não sabem por que, quando, quanto ou como estudar. O alunado tem o – mau – hábito de preparar-se com o intuito de pontuar em provas, de passar de ano, mas não com o intuito de aprender, o que culmina no “aprendizado” rápido e a curto prazo. Efetivamente, pondera ele, o aluno “deleta” o que aprendeu assim que finaliza a prova na qual deseja pontuar. Uma mudança de *mindset* do aluno seria então necessária para que ele pudesse se “reprogramar”, tornando-se um estudante, definido por ele como o aluno transformado e com anseio de aprendizado (PIAZZINI, 2015).

Nos cursos de Direito, é possível vislumbrar que a mudança de *mindset* do aluno é um recurso poderoso para o aprendizado, pois, frequentemente, ele aprende em poucas semanas de curso preparatório para a OAB, aquilo que lhe foi de difícil compreensão durante um semestre na universidade. A razão para isso não jaz na qualidade dos professores universitários, mas no objetivo comum entre alunos e professores de cursinho: a aprovação na OAB.

Assim, o aluno sente que o professor está “do seu lado” contra o inimigo comum, a prova. Nessa ocasião, o estudante se dispõe, se organiza, se cronometra e se testa, com o anseio de ser aprovado no certame de ingresso na advocacia, tornando-se o protagonista responsável pelo seu sucesso. O desafio enfrentado pelas universidades de Direito é exatamente trazer esse *mindset* para o âmbito da academia. O professor deve demonstrar ao aluno que é seu aliado no objetivo comum de aprendizado, incitando assim o protagonismo nele.

Afinal, como o ensino híbrido torna o aluno protagonista? Primeiro, a própria natureza do ensino híbrido colabora para tanto. Com o auxílio de um ambiente virtual de aprendizagem (AVA), o aluno

tem reunidos os materiais e atividades relacionadas às suas disciplinas, de modo que pode delimitar seus próprios horários e estabelecer seu próprio cronograma.

Isso se liga diretamente ao ensino personalizado: se o estudante tem a oportunidade de acessar o material de forma constante, vendo e revendo o conteúdo a ser aprendido, respeitar-se-á as dificuldades e tempo de aprendizado de cada um, o que nem sempre é possível em sala de aula. O aluno pode ser independente na escolha de sua rotina, decidindo o que fazer e quando fazer dentre uma série de atividades pensadas pelo professor. De igual forma, o ensino híbrido colabora com a reposição de aulas perdidas, já que os alunos ausentes podem assistir, ouvir e ler as lições prejudicadas, mantendo o mesmo nível de aprendizagem dos demais (SOUZA; CHAGAS, 2019, p. 59-66). Para isso, é necessário que

o espaço virtual disponibilizado [seja] planejado para haver uma sequência para a aprendizagem do conteúdo de probabilidade, da mesma forma que deixamos indicações de outros recursos digitais, textos, vídeos e links de acesso para os editores de infográfico e histórias em quadrinhos (LUTZ, 2018).

Gerenciar suas próprias atividades é apenas uma das facetas desse protagonismo quando o ensino híbrido é cumulado com o uso de metodologias ativas. A metodologia ativa consiste naquelas formas de ensino que estimulam a participação ativa e direta do aluno. No método tradicional de educação, o professor é o agente do ensino, e o aluno um espectador, enquanto que nas metodologias ativas, o aluno tem uma abordagem *hands-on* de seu aprendizado. Dentre as metodologias ativas, as mais utilizadas no curso de Direito – Campus Ceres são variações da mesma metodologia: a sala de aula invertida, nas espécies de aprendizagem baseada em problemas e de instrução de pares. Na sala de aula invertida, “dois aspectos são fundamentais a produção de material para o aluno trabalhar on-line e o planejamento das atividades a serem realizadas na sala de aula presencial” (BACICH E MORAN, 2018, p.31 *apud* ALVES, 2020). Por isso, apesar de os resultados da aplicação da sala de aula invertida serem mais satisfatórias, como se verá a seguir, ela exige uma maior preparação do docente, exatamente porque o seu aluno estará também melhor preparado para entrar em sala de aula.

Para Flipped Classroom Field Guide (EDUCAUSE, 2012) as regras fundamentais para inverter a sala de aula são: 1. As atividades em sala de aula devem envolver uma quantidade significativa de questionamento, resolução de problemas e de outras atividades de aprendizagem ativa, obrigando o aluno a recuperar, aplicar e ampliar o material apreendido online. 2. Os alunos devem receber feedback imediatamente após a realização das atividades presenciais. 3. Os alunos devem ser incentivados a participar das atividades online e das presenciais, sendo que elas são computadas na avaliação formal do aluno, ou seja, valem nota. 4. Tanto o material a ser utilizado on-line quanto os ambientes de aprendizagem em sala de aula devem ser altamente estruturados e bem planejados (ALVES, 2020).

O método da Aprendizagem Baseada em Problemas visa capacitar o aluno a construir o aprendizado conceitual e procedimental de problemas propostos numa espécie de simulação de circunstâncias que ele poderá enfrentar em seu trabalho. No caso da aprendizagem baseada em problemas, é o aluno quem analisa, pesquisa e propõe a solução do problema¹¹. Os alunos do 9º período cursam a disciplina de Processo Civil V: Procedimentos Especiais, em que aprendem o rito legal para quase 40 (quarenta) tipos de ação, cada um com sua peculiaridade.

O volume de informações torna quase impossível a memorização a longo prazo das minúcias processuais, especialmente quando o ensino consiste apenas na aula expositiva. A utilização da Aprendizagem Baseada em Problemas “valida” o esforço do aprendiz, pois, o aluno consegue observar a aplicabilidade do ensinamento teórico. Segundo Hulaikah et al. 2020, a utilização da aprendizagem baseada em problemas demonstra 1) uma diferença significativa nas habilidades de resolução de problemas dos alunos que são ensinados pelo método experimental, inclusive no comparativo com performances resultantes de ensino de instrução direta (método tradicional); 2) uma diferença também significativa na habilidade de resolução de problemas de alunos aos quais foram dados problemas com maior nível de dificuldade, isto é, para alunos cujos problemas eram mais difíceis conseguiram desenvolver-se melhor que alunos com problemas com baixa dificuldade

¹¹ Exemplo de problema jurídico apresentado aos alunos:

José foi aprovado em segundo lugar num concurso público para técnico de Tribunal de Justiça. O edital, todavia, previa apenas uma vaga e prazo de validade de um ano, prorrogável por igual período. O primeiro colocado foi Samuel. Durante o prazo de validade do concurso, Samuel foi aprovado em outro certame – desta vez, para a magistratura. Logo foi nomeado e entrou em exercício. José ficou animado, pois quando Samuel fosse nomeado para o cargo de técnico, provavelmente desistiria da vaga. Assim, o segundo colocado seria convocado. Passado o prazo de validade do concurso, entretanto, Samuel não foi nomeado. Aflito, José pergunta a você, na condição de advogado, o que fazer. Afinal, José não foi aprovado dentro do número de vagas previsto em edital. Ele não tem direito líquido e certo à nomeação. Apenas Samuel o tem. Mas ele não demonstra o menor interesse em ser nomeado para o cargo de técnico. Como defender os interesses de seu cliente?

Com o problema a ser resolvido, o aluno deverá demonstrar que conhece a medida jurídica cabível na situação (notificação judicial e Mandado de Segurança), bem como o correto procedimento a ser seguido (prazos e ordem legal dos atos). Apenas o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto em edital tem direito líquido e certo à nomeação. Mas, neste caso, José – o segundo colocado – pode ser considerado titular de um direito decorrente do direito de Samuel, enquadrando-se na previsão do art. 3.º da Lei 12.016/2009. Desse modo, assim que vencido o prazo de validade do concurso, José deve notificar judicialmente Samuel (o titular do direito originário) para que impetre mandado de segurança, no prazo de 30 dias, buscando sua nomeação. Passado esse prazo, caso Samuel permaneça inerte, José poderá impetrar, nos 90 dias restantes, em nome próprio, mandado de segurança para assegurar o direito de Samuel ser nomeado. Concedida a segurança, Samuel será convocado e provavelmente desistirá da vaga, porquanto já aprovado em outro cargo. Assim, será convocado o segundo colocado – José – para assumir a vaga. Caso a Administração não convoque o segundo colocado, José poderá impetrar um novo mandado de segurança, agora em nome próprio, para assegurar seu próprio direito à nomeação. O writ deverá ser impetrado no prazo de 120 dias a partir da omissão estatal.

(STOLTZ, 1997)¹²; e 3) apesar de que o nível de desenvolvimento fora melhor nos alunos com problemas mais difíceis, a habilidade dos demais também fora elevada significativamente, o que implica na conclusão de que a utilização da resolução de problema, inclusive quando aplicada em nível de baixa dificuldade, é mais satisfatória que a instrução direta do método tradicional em sua melhor forma.

Já na instrução de pares, é ele o responsável por influenciar a opinião dos colegas baseando seus argumentos em premissas validadas pelo efetivo aprendizado do conteúdo. A instrução de pares é uma abordagem instrutiva que incentive os alunos a estabelecerem seu próprio entendimento conceitual de conteúdo. Os alunos respondem aos questionamentos individualmente, discutem com seus pares e respondem à mesma questão novamente. Em geral, após a discussão, um maior número de alunos é redirecionado a dar a resposta correta. 85-89% dos alunos costumam se beneficiar da instrução de pares, de acordo com o estudo de Vickrey et al (2015). Uma outra vantagem da instrução de pares é o fato de ela é feita via TIC (tecnologia da informação e comunicação), isto é, aplicativos que permitem a interação virtual, o que atrai maior engajamento dos alunos nesse tipo de atividade. Diante desses dados, observa-se que a tríade metodologia ativa-ensino híbrido-participação ativa do aluno tem se mostrado benéfica ao desenvolvimento de um aprendizado duradouro.

CONCLUSÃO

O ensino híbrido concretiza o avanço tecnológico experimentado nas últimas décadas para o âmbito escolar. De maneira inicial, é desafiador romper com uma sistemática de ensino conhecida e dominada por educadores para prosseguir por um caminho que foge ao cotidiano e em que o educador pode sentir-se despreparado para administrar. Por essa razão, a formação continuada de docentes ofertada pela UniEvangélica é considerada imprescindível à utilização do novo formato educacional entre os docentes do curso de Direito Campus Ceres.

Formar gente para inovar significa romper com os métodos tradicionais de ensino aos quais estamos habituados. Durante décadas, aprender estava relacionado a absorver um conjunto de saberes necessários ao exercício profissional. Embora ainda não tenhamos aberto mão dessa visão, incorporamos outra, a de que é fundamental aprender a aprender para acompanhar a rápida evolução da nossa área (NICOLINI, 2003).

12 Decorre do termo em inglês ADVERSITY QUOTIENT THEORY – A Teoria do Quociente de Adversidade: teoria e abordagem educacional para aumento da resiliência acadêmica de alunos. Mede como o indivíduo progride para contornar adversidades e como responde a desafios e lhes apresenta uma solução.

Segundo Nicolini (2003) é dever da universidade abrir suas próprias fronteiras e o espaço para experimentação, é a universidade quem pode arriscar e pagar o preço pela ousadia de romper o paradigma educacional existente, e é exatamente isso o que temos vivenciado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ellany Dias et al. SALA DE AULA INVERTIDA: RELEVÂNCIA E DESAFIOS NA APLICABILIDADE DESSA METODOLOGIA NO ENSINO HÍBRIDO. CONEDU, VII Congresso Nacional de Educação, 2020.

HULAIKAH, Mifta et al. The Effect of Experiential Learning and Adversity Quotient on Problem Solving Ability. **International Journal of Instruction**, v. 13, n. 1, p. 869-884, 2020.

LUTZ, Mauricio Ramos et al. ENSINO HÍBRIDO: EXPERIÊNCIAS DE SALA DE AULA NO ENSINO SUPERIOR. Encontro Paranaense de Tecnologia na Educação Matemática Unespar de Apucarana, 22 a 24 de novembro de 2018.

NICOLINI, Alexandre. **Educação: os novos desafios da universidade**. A UNIVERSIDADE E A VIDA ATUAL: FELLINI NÃO VIA FILMES. De Renato Janine Ribeiro Rio de Janeiro: Campus, 2003. 211p.

PIAZZI, Pierluigi. **Aprendendo inteligência**: manual de instruções do cérebro para alunos em geral. 2 ed. rev. -- São Paulo: Aleph, 2008. (Coleção neuropedagogia; vol. 1)

PORTER, Leo et al. Peer instruction: Do students really learn from peer discussion in computing?. In: **Proceedings of the seventh international workshop on Computing education research**. 2011. p. 45-52.

SOUZA, Thamara Maria; CHAGAS, Alisson Moura. Ensino híbrido: Alternativa de personalização da aprendizagem. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 6, n. 1, p. 59-66, 2019.

STOLTZ, Paul G. **Adversity quotient: Turning obstacles into opportunities**. John Wiley & Sons, 1997.

VICKREY, Trisha et al. "Research-based implementation of peer instruction: a literature review." **CBE life sciences education** vol. 14,1 (2015): es3. doi:10.1187/cbe.14-11-0198